



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Prof. Me. Cleto Cavalcante de Souza Leal
Vice-Reitor

Profa. Ma. Kelly Christiane Silsa e Souza
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Profa. Ma. Samara Barbosa de Menezes
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dra. Maria Paula Gomes Mourão
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Maria Olivia de A. Ribeiro Simão
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. André Luiz Tannus Dutra
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Me. Orlem Pinheiro de Lima
Pró-Reitoria de Administração

Profa. Dra. Maristela Barbosa Silveira e Silva
Diretora da Editora UEA

Prof. Dr. Erivaldo Cavacanti Filho
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Direito Ambiental**

Profa. Ma. Taís Batista Fernandes Braga
Coordenadora do curso de Direito

**EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Profa. Ma. Taís Batista Fernandes Braga, UEA
Coordenação do curso de Direito

Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira,
UEA

Prof. Me. Denison Melo de Aguiar, UEA
Editores Chefe

Profa. Ma. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-
SP

Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Me. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medieros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Me. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Ma. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Profa. Ma. Adriana Almeida Lima
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Me. Neuton Alves de Lima
Avaliadores

Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Primeira revisão

Prof. Me. Denison Melo de Aguiar
Revisão Final

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 5. Nº 1. (2022). Manaus: Curso de Direito, 2022.

Semestral

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: DICOTOMIA SER HUMANO *VERSUS* NATUREZA?

PRESERVATION OF THE ENVIRONMENT: DICHOTOMY BEING HUMAN *VERSUS* NATURE?

Átila de Oliveira Souto*

Vagner Wenderson Alves†

Resumo: Este trabalho apresenta elementos comuns entre as obras do poeta amazonense Thiago de Mello e do sociólogo Antonio Carlos Sant'Ana Diegues: A degradação do meio ambiente proveniente da ação provocou desequilíbrio ecológico que se vive hoje. Em uma tentativa de preservar a maior floresta em extensão do planeta, implantou-se na Amazônia o modelo Conservacionista de 'áreas protegidas', que resultou na expulsão das populações tradicionais residentes no interior ou no entorno da Floresta, causando problemas de ordem econômica e cultural.

Palavras-chave: degradação ambiental, povos tradicionais, preservação da natureza.

Abstract: This work presents common elements among the works of the poet amazonense Thiago de Mello and sociologist Antonio Carlos Sant'Ana Diegues: degradation of the environment from the action caused ecological imbalance that lives today. In an attempt to preserve the largest forest in extension of the planet, implanted in the Amazon Conservation model of 'protected areas', which resulted in the expulsion of traditional peoples residing within or in the vicinity of the forest, causing economic and cultural problems.

Key words: environmental degradation, traditional peoples, preservation of nature

* Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário do Norte - UniNorte Laureate Universities (2014), Especialista em Educação pelo Instituto de Ensino Superior Blairo Cardoso de Mattos - FaSerra (2015). Atuante nos cursos do Ensino Superior de Cursos Técnicos, Graduação e Pós-graduação de IES privadas e públicas. Assessor Técnico na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, na Escola de Direito - ED e Professor Conteudista na Especialização em Direito Público - EAD Editor Assistente da Revista Nova Hiléia: Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia (PPGDA - UEA) (ISSN: 2525-4537) e Revisor de Periódicos da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - RBDR (ISSN 2317-5443).

† Bacharel em ciências contábeis pela Universidade do Estado do Amazonas e graduando em Data Science pela Uninorte. Além disso, possui pós-graduação em Administração de Empresa e é pós-graduando em Gestão Financeira: Auditoria Controladoria e Compliance pela Fundação Getúlio Varga. Atualmente, atua como Analista Contábil Sênior na Amazonas Energia.

1. INTRODUÇÃO

A conservação da natureza constituiu-se como uma das principais questões em pauta, principalmente em países do Terceiro Mundo, onde ainda existem parcelas significativas de florestas e até biomas intocados pelo ser humano. Muito se fala e pouco se entende sobre o tema. Falando de uma forma simples: a conservação da natureza é a utilização racional dos recursos naturais, englobando a utilização sustentada, a conservação dos ecossistemas naturais e a regeneração dos ambientes já degradados.

Dentre os ecossistemas de relevante importância para a vida na Terra, aparecem as florestas que são consideradas o sustentáculo da vida no planeta. E é aqui que aparecem as mais acirradas discussões sobre a preservação do meio ambiente. O Brasil possui uma das biodiversidades mais ricas do mundo, as maiores reservas de água doce do planeta e um terço das florestas tropicais que ainda restam. Estima-se que no país se encontre uma em cada 10 espécies de plantas ou animais existentes no planeta.

A exploração em demasia dos recursos naturais tem provocado a degradação da natureza, bem como, perturbações significativas ao nível da paisagem, fauna e flora, contribuindo para o ritmo elevado de extinções de espécies. A degradação do meio ambiente é um fator que contribui para alterações no ecossistema e ameaça a vida de espécimes animais e vegetais no planeta. Normalmente, associa-se esse problema à ação do ser humano sobre a natureza.

Ecologistas e preservacionistas de diferentes partes do globo, incluindo o Brasil, defendem que para haver a conservação da natureza é preciso que o ser humano não interfira, não exerça pressão alguma no meio, transformando ou destruindo a natureza. É nesse ponto que os livros *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, de Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, e *Amazonas, pátria da água*, de Thiago de Mello.

O poeta amazonense Thiago de Mello procura despertar a consciência sobre a necessidade de preservação da Floresta Amazônica, conhecida como a última grande reserva vegetal do planeta. Essa temática dá o tom das obras do poeta e permeia suas poesias. Entre suas contribuições de defesa do meio e para despertar o conservacionismo, talvez a mais emblemática seja o livro *Amazonas, pátria das águas*. Em 164 páginas, o poeta amazonense aborda a história do Rio Amazonas e dos povos que dele dependem (índios, ribeirinhos), até

chegar os dias atuais abordando a degradação do meio e alertando sobre a conservação do meio para a sobrevivência do ser humano.

Já Antonio Carlos Sant'Ana Diegues aborda a conservação da natureza por meio da dicotomia ser humano/natureza, no qual existe o modelo de proteção de espaços naturais com a criação das UC's - Unidades de Conservação - no Brasil livre da ação predatória do ser humano. Essa dicotomia e toda discussão a respeito da criação das Unidades de Conservação no Brasil estão presentes na famosa obra *O Mito Moderno da Natureza Intocada*.

Tanto abordando a preservação da Floresta e dos povos que dela dependem quanto defendendo a criação de espaços livres da ação humana, ambos os escritores estão preocupados com um tema em comum: a Conservação da Natureza. Para tanto se questiona: Preservação do Meio Ambiente: dicotomia Ser Humano *versus* Natureza?

A fim de abordar a opinião dos dois escritores em suas obras citadas acima e correlacioná-las, o presente artigo está estruturado, além desta Introdução em quatro seções. Na segunda seção é feito um preâmbulo sobre a degradação e preservação ambiental, necessário para se debater o desmatamento, a exploração e o tráfico de flora e fauna amazônicas, abordados por Thiago de Mello com prosa e poesia no terceiro capítulo, e para falar no quarto capítulo da natureza 'intocada' de Diegues e a criação das Unidades de Conservação e como Conservacionismo afeta a vida das populações tradicionais. No capítulo 5 é discutida a polêmica relação do ser humano com a natureza, tema central das obras de Diegues e Mello.

2. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O ser humano como agente modificador da paisagem natural possui responsabilidade pelos impactos causados no espaço ambiental. Os impactos ambientais são mudanças no meio ambiente advindas das atividades humanas. Os impactos podem ser positivos ou negativos. O negativo é um desequilíbrio ecológico, que provoca graves prejuízos no meio ambiente, causados pelo choque da relação do ser humano com o meio ambiente, surgiu a partir da evolução humana. A grande maioria de atividades econômicas, principalmente a atividade industrial, implica em impacto ambiental. Os resíduos resultantes das indústrias são normalmente eliminados de três formas: na água, na atmosfera ou em áreas isoladas.

Dentre os impactos ambientais o de maior relevância no contexto sociopolítico desse século, é a degradação ambiental. Há um conjunto de fatores responsáveis pelo atual processo

de degradação da natureza: intervenção humana, crescimento populacional, práticas inadequadas na agropecuária e construções de complexos industriais.

De acordo com o Art. 2º do Decreto Lei 97.632/89, de 10 de abril de 1989, degradação é definida como o conjunto de “processos resultantes de danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais”.

A degradação ambiental é um processo de degeneração do meio ambiente, onde as alterações biofísicas provocam alterações na fauna e flora. Qualquer processo que diminua a capacidade de um determinado ambiente em sustentar a vida é chamado de degradação ambiental, como a desertificação. Geralmente está associada à ações antrópicas, podendo decorrer também de resultados da evolução de ecossistemas ou até mesmo por meios naturais. As principais formas de degradação ambiental são desmatamento, queimadas e poluição

É um problema que afeta a população mundial, e vem se intensificando, elevando o nível da temperatura média da atmosfera terrestre e, conseqüentemente, provocando a elevação do nível dos oceanos, entre outros desastres ambientais.

A degradação ambiental leva a extinções biológicas graves e a alteração de todo um ecossistema. Esse fenômeno pode ser entendido, conforme Lemos (2001), como destruição, deterioração ou desgaste gerados ao meio ambiente a partir de atividades econômicas e de aspectos populacionais e biológicos.

Segundo Pinto e Coronel (2013) um dos maiores responsáveis pela degradação ambiental é o uso intensivo do solo que provoca a degradação da matéria orgânica e compactando-o por meio de maquinário pesado. Outro grande responsável pela degradação é o uso de agrotóxicos. Porém, o estudo de Cunha *et al.* (2008) defende o fato de que a degradação ambiental é resultado direto da exploração agropecuária no Brasil. Pais *et al* (2012) também defende que a degradação ambiental tem relação direta com a agropecuária no país.

Em regiões como Minas Gerais e Centro-Oeste do Brasil nota-se grande impacto da atividade agropecuária no agravamento do fenômeno da degradação ambiental. Dessa forma, apesar de uma diversidade de aspectos ocasionarem essa situação, no cenário brasileiro, essa questão está mais ligada aos impactos gerados pela agropecuária.

Sendo assim, a recuperação de algo que fora totalmente degradado pode ser uma forma onerosa de resgate do meio ambiente, e acaba sendo deixada para segundo plano por

autoridades governamentais por estar relacionado a altos custos e obtenção de resultados a longo prazo.

Diegues e Thiago de Mello falam da degradação ambiental e de formas eficazes de defender a natureza. O tipo de degradação ambiental abordado por Thiago de Mello no livro *Amazonas, pátria da água* é a derrubada de árvores desenfreada e a caça e pesca indiscriminada, além do tráfico de fauna e flora. Para combater, o poeta amazonense defende, então, que a Floresta seja ocupada de forma consciente e não degradada: os povos da floresta (ribeirinhos e indígenas) seriam seus protetores.

Já Diegues fala da preservação da natureza através da criação de áreas naturais protegidas, ou seja, as já mencionadas Unidades de Conservação (UCs). Porém, a base ideológica das áreas protegidas gera discussões até os dias atuais:

Se por um lado, essa visão "preservacionista" pode ser descrita como a reverência à natureza - no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem - por outro, haviam os teóricos que defendiam uma visão divergente, a "conservacionista", cuja essência se baseava no uso adequado e criterioso dos recursos naturais. (CABRAL, 2000, p. 02)

Ambos os autores exploram em determinado momento a temática 'ocupação humana com o uso adequado dos recursos naturais'. Uma vez que entendem que na Floresta Amazônica a presença humana é uma constante, Diegues e Thiago de Mello defendem a ocupação como uma forma de defesa florestal. Essa temática será explorada ao longo do artigo.

3. PROSA E POESIA NA PRESERVAÇÃO

Iniciado há quatro séculos, o seu descobrimento ainda não terminou. Porventura não termine nunca. E, no entanto, pelo o que já se conhece da vida na Amazônia, desde que o homem a habita, ergue-se das funduras de suas águas e escorre dos altos centros de sua selva um terrível temor: o de que essa vida esteja, devagarinho, tomando o rumo do fim. (MELLO, 1987, p. 15)

É intercalando prosa e poesia que o poeta amazonense Thiago de Mello, tenta despertar no ser humano a consciência sobre a necessidade da preservação da natureza em *Amazonas, pátria da água*. Com esse objetivo em mente, o escritor narra à história do Rio Amazonas e dos povos que dele dependem para sua subsistência. Mas o livro, escrito em

1987, também é um alerta sobre o crescente desmatamento da Floresta Amazônica e as consequências para o planeta.

A obra é uma viagem história realizada pelo autor logo após retorna do exílio, na década de 1980, depois de ter vivido na Argentina, Chile, Portugal, França e Alemanha. O exílio recaiu sobre o poeta como consequência da perseguição realizada pela Ditadura Militar, implantada no Brasil em 1964. Nascido na cidade de Barreirinha, localizada à margem direita do Paraná de Ramos, braço mais comprido do Rio Amazonas, interior do Estado, Thiago de Mello é Conhecido internacionalmente por sua luta em prol dos direitos humanos, pela ecologia e pela paz mundial. Temas abordados com delicadeza e perspicácia em *Amazonas, pátria da água*.

Como no Gênesis flutuava a cara de Deus, hoje é a esperança que paira sobre a face das águas do meu rio. Que ainda paira. Apesar de tudo. Apesar da destruição, do saque de suas riquezas, do desflorestamento impiedoso, da fauna ameaçada, do desamparo do homem ribeirinho - a esperança amazônica resiste. O coração do homem não se cansa. Se, de tão malferida, a floresta se cansa, este o nosso grande temor. (MELLO, 1987, p. 27)

O livro conta de forma poetizada a história do Rio Amazonas e os povos que mantêm intrínseca relação com ele. É uma viagem desde o nascimento do Rio, nas águas andinas, à chegada de Vicent Pínzon, até a problemática dos dias atuais: desmatamento, tráfico de flora e fauna, a degradação ambiental.

Também aborda a integração harmoniosa entre o sistema fluvial do Rio e as formas de vida regional, sobretudo a humana. O Rio Amazonas também influencia no clima de todo continente americano, chegando o autor a afirmar que, se o ser humano não for capaz de tomar imediatamente as medidas necessárias para a proteção da flora, fauna e rios da bacia amazônica, a exuberante floresta e Rio podem desaparecer: o Amazonas perderia sua abundante vida que alimenta a região, sofrendo com a pesca predatória e a poluição das águas.

(...) Confesso que escrevo essas palavras todo arrepiado. O que a natureza levou milhões de anos para construir, pode vir a ser destruído dentro de pouco tempo pela insensatez humana: a maior floresta, o mais lindo pedaço verde da terra. (...) Nem precisa ser cientista para saber o que andam fazendo com a nossa floresta. Cada ano que passa, milhares de quilômetros verdes desaparecem, para nunca mais voltar. (MELLO, 1987, p. 13)

Logo no prefácio, Thiago de Mello usa um termo irônico, porém verdadeiro "os homens furaram o olho da natureza". A frase é empregada quando o escritor se refere ao aumento vertiginoso do buraco da Camada de Ozônio e deixa reverberar sua revolta com o Governo, que não tem empregado medidas eficientes para o combate da exploração ao meio ambiente e nem criado meios eficazes de combater também as atividades ilegais de extração de madeira, atividade que contribuí para o desaparecimento da Floresta junto com a derrubada e queima da Floresta para o abastecimento da indústria madeireira, fábricas de carvão e criação de pastos para os pequenos e grandes agricultores.

Sobre o desmatamento desmedido e a degradação do meio ambiente, o próprio autor citou dados da revista *Acta Amazônica*, extinta publicação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): "Só no ano de 1972 foram extraídos da Floresta Amazônica 3,29 milhões de metros cúbicos de madeira roliça para a utilização pelas indústrias de serrarias, compensado e laminação ou exportação em toras" (Mello, p. 27)

Em comum com Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, o poeta Thiago de Mello expõe a interferência humana como uma das principais causas da degradação ambiental e consequente desaparecimento da flora e fauna amazônicas.

Mello retrata a exploração Floresta Amazônica desde a época em que os europeus chegaram em busca de madeira e especiarias, as chamadas Drogas do Sertão, passando pela exploração do ciclo da Borracha, que regeu todo um período da vida social e econômica da região. No período da Borracha a Amazônia conheceu tanto a extrema riqueza quanto a miséria. De 1895 a 1909 foram exportadas mais de 400 mil toneladas de borracha que custaram à vida de milhares de homens e árvores. Era a exploração da natureza e do ser humano pelo ser humano.

Para demonstrar a força da ação humana sobre a Floresta, Mello dá números impressionantes sobre o desmatamento na década de 1980: mais de 3 milhões de árvores estavam sendo extraídas anualmente da natureza.

A extração descriteriosa e cega das nossas madeiras. A devastação de grandes extensões da selva. Poderosas empresas exportadoras de madeira não descansam e nem são vigiadas no seu empenho destruidor. Navios cargueiros imensos, de bandeira estrangeira, não necessariamente aos portos, mas a certas beiras bem sabidas de nossos rios e partem dias depois levando toneladas e toneladas de nossas madeiras mais nobres. (Mello, 1987, p. 33)

Além do desmatamento, há ainda a extração de minérios, como o ouro do Tapajós, o ferro da Serra dos Carajás, a bauxita do Trombetas, que vem tornando o solo amazônico cada vez mais pobre. Apesar da exuberante Floresta Amazônica, os solos nos quais está fixada não possuem grande riqueza em nutrientes. Possuem apenas uma limitada camada de matéria-orgânica que se encontra na superfície: o húmus. Essa fina camada fértil é proveniente da própria floresta, é formada a partir da decomposição de folhas, galhos, frutos, além de animais mortos, que formam uma rica matéria-orgânica. Logo, quanto mais árvores são derrubadas, mais empobrecido o solo fica.

Mas Mello não condena de todo o uso da Floresta, afirmando que o convívio harmonioso resulta da interação entre ser humano e natureza construída durante séculos de vivência. Essa relação do caboclo com a floresta é defendida com afinco pelo poeta. O uso dos recursos naturais para a subsistência dos povos da floresta, segundo Mello, faz parte de um processo cultural, resultante do convívio ser humano/natureza.

(...) De muita ciência ainda se precisa para alcançar o conhecimento de técnicas que favoreçam o uso justo e adequado do solo. Mas não só de ciência. É de consciência a nossa necessidade maior. É preciso ocupar a Amazônia para ajudá-la a viver, a fim de que ela possa ajudar melhor o homem, quero dizer, a humanidade. (Mello, 1987, p. 66)

Dessa forma, poeta defende a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, mas levando em conta os fatores ecológicos. "A floresta tem que ser utilizada, mas humanamente. Utilizada, e não degradada". (Mello, 1987, p. 60)

O exemplo utilizado pelo amazonense é o dos povos da floresta (caboclos, ribeirinhos, indígenas), que fazem da natureza sua fonte de subsistência, sem, no entanto, degradá-la. O melhor para a Floresta seria reunir a sabedoria dos povos que a habitam com a proteção do Governo, uma vez que as leis de proibição de caça a tartaruga, ao jacaré, por exemplo, só valem quando o caçador é descoberto. Dentro da mata, no interior da Floresta Amazônica, as leis não funcionam.

4. NATUREZA 'INTOCADA' E A CRIAÇÃO DAS UCs

Em *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Antonio Carlos Sant'Ana Diegues discute a criação e implantação de Parques Nacionais, ou Unidades de Conservação (UCs), fato que ocorreu na década de 1980, e o impacto que delas surgem, principalmente em relação aos

habitantes dessas áreas, os chamados povos da floresta (índios, população ribeirinha, camponeses), que possuem modo de vida oposto à sociedade industrial, dita como destruidora do meio ambiente a ser protegido.

O livro aborda um ponto polêmico e inquietante: a relação entre a natureza 'intocada' e o ser humano da sociedade urbano-industrial, e sua possível harmonização, e, especialmente, entre os povos da floresta que desfrutavam de maior contato físico com a natureza, antes da interferência do ser humano dito civilizado. Para manter a relação harmônica com a Floresta, as populações que dela dependem possuem a seu favor o processo cultural e histórico de relação ser humano/natureza, seja como moradia, meio de sobrevivência ou por tradição cultural.

É óbvio que as discussões contidas em *O Mito Moderna da Natureza Intocada* não fica restrita apenas a questão da 'preservação do mundo natural'. A criação de áreas naturais protegidas gera inúmeros conflitos de ordem social, econômica, política e cultural, devido a existência de populações tradicionais, os chamados 'povos da floresta', vivendo há séculos no interior da floresta ou em seu entorno.

Mesmo com todas as discussões que rodeiam a criação das UCs, o objetivo foi sempre o de resguardar áreas 'virgens' para a pesquisa científica e o lazer das populações urbanas, mesmo que, para tanto, ocorra a expulsão de povos que habitem tais áreas.

O livro de Diegues está dividido em 10 capítulos, sendo que os capítulos tem subcapítulos e é no capítulo 4 que o autor explica os conceitos de mito e natureza intocada utilizados por ele.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro' até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma 'proteção total'. (DIEGUES, 2001, p. 50).

Sendo assim, o mito moderno que dá título ao livro de Diegues é descrito pelo autor como:

(...) um conjunto de representações existentes entre setores importantes do Conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma

concepção hipocêntrica das relações homem-natureza, pela qual o mundo natural tem direito idênticos ao ser humano. Como corolário dessa concepção, o homem não teria o direito de dominar a natureza. Esse mito tem raízes profundas nas grandes religiões, sobretudo a cristã, e esta associada a ideia de paraíso perdido. (idem, 2001, p. 50).

O modelo de conservação que reflete a ideia de natureza intocada são os Parque Nacionais, oriundos dos Estados Unidos. Tal modelo de conservação baseia-se na ideia de que existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo ser humano, apresentando componentes num estado ‘puro’.

Diegues (2001) diz que a criação dos parques nacionais tem seu início nos Estados Unidos, com a inauguração do primeiro Parque, chamado de Yelloswstone, em meados do século XIX. Segundo Keith Thomas (1983 *apud* DIEGUES, 2001, p. 21), a ideia teria surgido no início do mesmo século na Europa com o avanço da História Natural e o respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não transformadas pelo ser humano. Thomas também sugere que o crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria sido responsável por um sentimento anti-social que transformava a natureza em um local de reflexão e isolamento espiritual.

A literatura europeia também contribui para a criação de áreas naturais protegidas. Os escritores românticos fizeram da procura do que restava de "natureza selvagem", o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido. A literatura era rica em aventuras envolvendo “paraísos perdidos”, pedaços da natureza intocada (selvagem, primitiva), sem a presença do ser humano, ou seja, *wilderness*.

A noção de "*wilderness*" (vida natural/ selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação. Até o final do século XIX, grande parte do território americano era "*wilderness*". (DIEGUES, 2001, p. 24).

Porém, Diegues afirma que as áreas naturais já nasceram protegidas, dando espaço para o surgimento dos parques nacionais nos E.U.A. Segundo Rodman (1973 *apud* DIEGUES, 2001, p. 33), os parques surgem a partir da ideia antropocêntrica de beneficiar as populações urbanas e valorizar a cultura da civilização urbano-industrial.

As áreas naturais se constituem, então, em 'ilhas ecológicas', parques e reservas onde a natureza, em seu estado 'original', primevo, 'selvagem', livre da ação depredadora do ser humano, pudesse ser admirada e reverenciada pelas populações urbanas.

Diegues também cita a crítica feita por Rodman (1973) a esse modelo de conservação. Para o autor esse modelo é inadequado e seletivo, pois privilegia áreas naturais que são esteticamente apelativas, como florestas, grandes rios e canyons, "discriminando áreas naturais menos "nobres", como pântanos, brejos etc, ainda que estas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas." (DIEGUES, 2001, p. 33)

As grandes críticas à implantação de áreas protegidas em países de Terceiro Mundo vêm dos chamados sócio-ambientalistas. Os críticos tinham em mente não somente a preservação, mas também a utilização do meio ambiente pelos seus moradores, evitando a migração e o caos social. O mesmo tema é abordado pelo poeta amazonense Thiago de Mello, no livro *Amazonas, pátria da água*.

No esforço de preservar áreas esteticamente agradáveis da sua própria ação predatória, a fim de criar um local de reflexão, o ser humano civilizado esqueceu que o conceito de "mundo natural" diverge entre as populações urbanas e indígenas e das zonas rurais.

Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. [...] O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza. (Gomez-Ponpa e Kauss, 1992, apud Diegues, 2001, p. 34).

Logo, a criação de parques nacionais ou Unidades de Conservação provocam no Brasil problemas que vão desde as restrições de acesso e de uso dos recursos naturais impostas pelo Governo, até a retirada forçada dos moradores de seus territórios historicamente ocupados por suas famílias.

Diegues ressalta que a implantação do modelo Conservacionista foi nociva e devastadora para os países do Terceiro Mundo, sobretudo para as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, uma vez que esses povos não exerciam influência negativa sobre a natureza. O autor também ser o 'mito moderno' utilizado para fundar as bases do turismo ecológico: a exploração do potencial turístico da natureza para a geração de lucro.

O autor defende, então, a relação tradicional entre ser humano e natureza como a mais benéfica para o meio ambiente, mesmo existindo comunidades que ainda utilizem meios

ambientalmente agressivos para produção agrícola e agropecuária, como as queimadas e a derrubada de árvores para a criação de gado, ações que provocam o empobrecimento do solo.

A importância das populações locais é um ponto a ser discutido. Diegues enfatiza que para assegurar a diversidade biológica das áreas protegidas, as populações tradicionais não devem ser retiradas do local. O escritor também afirma os sistemas tradicionais de manejo praticado pelas populações tradicionais praticados pelos 'povos da floresta' são técnicas necessárias que tem contribuído para a preservação e equilíbrio da diversidade biológica.

Dessa forma, vê-se na obra de Diegues uma proposta aos governantes e ambientalistas de avaliar a importância da presença das populações tradicionais nas unidades de conservação, através da criação de novos modelos de áreas protegidas, que integrem os 'povos da floresta' com as áreas protegidas, a fim de criar um novo modelo de conservação ambiental

Essa defesa de uma floresta ocupada pelos seus moradores tradicionais resulta do modo de vida tradicional não consumista e capitalista, no qual não há o acúmulo de bens e a ambição da escalada social. Os chamados povos da floresta, não influenciados pelo ser humano urbano-industrial, mantém com a natureza uma relação harmoniosa, na qual retira-se apenas o necessário e se aproveita do que é oferecido pela mata sem a exploração predatória: são as atividades de subsistência ensinando o ser humano civilizado a exercer o consumo sustentável.

Em outras palavras, para ações eficazes de preservação do meio ambiente, Diegues destaca a necessidade de incorporar as populações tradicionais no manejo das áreas protegidas. Afirma o uso dos conhecimentos das populações indígenas e tradicionais na conservação da biodiversidade da floresta tropical brasileira na perspectiva do desenvolvimento sustentável, tal qual Thiago de Mello.

5. DICOTOMIA SER HUMANO/NATUREZA

A Floresta Amazônica representa para a humanidade o ponto de equilíbrio ecológico mundial. Por muito tempo foi conhecida como o 'pulmão do mundo'. Hoje sabe-se que esse é o papel dos oceanos, responsáveis por produzir cerca de 70% do oxigênio lançado na atmosfera terrestre. Agora, a Floresta tem sido chamada de 'ar condicionado do mundo', devido ao papel que representa nas alterações climáticas do planeta. Exemplificando: quanto mais árvores em pé, menos aquecimento global, menos derretimento das calotas polares e mais equilíbrio ambiental. Quando cai a quantidade de árvores na Floresta e aumenta o

desmatamento, o aquecimento global cresce exponencialmente, fenômenos climáticos como El Niño e seu oposto, La Niña, atingem o planeta, além do derretimento das as calotas polares, colocando em risco a vida de ursos polares, pinguins e toda uma diversidade de fauna que dependem delas.

A Amazônia tem uma enorme importância para a estabilidade ambiental do planeta. Nela estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono. Sua massa vegetal libera aproximadamente sete trilhões de toneladas de água por ano para a atmosfera, via evapotranspiração. Seus rios descarregam cerca de 20% de toda água doce que é jogada para os oceanos pelos rios existentes no globo terrestre. (FLORES *et al*, 2010, p. 604)

O maior corpo florestal do planeta representa mais da metade das florestas tropicais remanescentes no planeta e compreende a maior biodiversidade em uma floresta tropical no mundo. Por isso, mesmo que mudem os títulos, uma coisa é certa: a Floresta Amazônica é de suma importância para a vida no planeta, por isso, preservá-la se faz necessário.

Mas como diz o poeta amazonense Thiago de Mello (1987), em sua obra já discutida nesse trabalho *Amazonas, pátria da água*, as leis são válidas fora da floresta. No interior da mata as leis perdem seu poder e não existem fiscais suficientes para cobrir os três milhões de km² de área, uma vez que a Floresta não respeita os limites e fronteiras entre os países.

O modelo de preservação conservacionista surge devido ao fato de que as nações de Primeiro Mundo, com ênfase principal nos Estados Unidos, tiveram suas florestas desmatadas quase que em sua totalidade devido à autodesignação do ser humano como dominador da natureza. A natureza é o objeto a ser possuído e dominado pelo sujeito, o ser humano.

Essa visão de natureza separada do ser humano é característica do pensamento dominante no mundo ocidental. O desejo desenfreado pelo poder e pelo dinheiro, fez com que o ser humano mudasse sua concepção como um ser que faz parte do natural. Natureza e ser humano passaram a ser duas coisas distintas.

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e, (...) tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo (...) (GONÇALVES, 1998, p.35)

A interferência do ser humano na natureza é tão profunda que é quase impossível encontrar florestas primárias (puras). Para se ter uma ideia do impacto da ação do ser humano urbano-industrial sobre as áreas verdes, metade das florestas primárias que existiam no planeta já foi destruída. A devastação é maior na Europa Ocidental, que já perdeu 99,7% de sua cobertura florestal original.

Após séculos de distanciamento da natureza e exploração do meio ambiente e de seus recursos naturais, foi somente no século XX que a Ecologia resgatou a preocupação com a natureza e para com as consequências do progresso científico e tecnológico sobre o meio ambiente.

Nos Estados Unidos não foram apenas as florestas que sofreram com o contato com o ser humano não indígena, os índios também foram atingidos. Já não existem tribos isoladas nos E.U.A., os indígenas vivem como o ser humano não indígena e poucos guardam sua cultura. Por isso os Parques Nacionais surgiram com a característica de manter a natureza intocada e intocável.

Mas a implantação desse modelo no Brasil acarreta problemas em diferentes esferas (social, econômica, cultural). Quando áreas protegidas são delimitadas os povos tradicionais que habitam seu interior e entorno são expulsos ou proibidos de praticarem qualquer atividade que retire recursos da natureza.

Porém a questão ambiental atual necessita que um novo modelo de comportamento surja, onde ser humano e natureza façam parte do mesmo processo. A crise ecológica requer um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea no sentido de reaproximar o ser humano da natureza.

A preocupação com a degradação ambiental deixou de ser uma bandeira levantada apenas por ambientalistas para representar um sério problema à humanidade. Pois não existem soluções instantâneas que possam anular os impactos ambientais e suas consequências.

Tanto Thiago de Mello quanto Antonio Carlos Sant'Ana Diegues concordam em apontar uma solução eficaz a longo prazo, mas que resolveria de vez a conturbada relação do ser humano com a natureza: o desenvolvimento de uma consciência ambientalista e intensificação do uso de medidas punitivas, além da necessidade de as gerações atuais adquirirem uma nova cultura que garanta seu próprio bem estar e sobrevivência futuros.

Essa consciência ambientalista seria definida por Mello como o uso justo e adequado do solo dos recursos naturais, bem como uma ocupação mais humana da Floresta, uma vez que a fiscalização não tem como chegar a lugares tão distantes. Dessa forma, os habitantes da mata seriam seus protetores.

Diegues também aponta o uso dos conhecimentos das populações indígenas e tradicionais aliados a ciência para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento de técnicas de plantio e cultivo sustentável.

O fato é que, o ser humano urbano-industrial se afastou da natureza e por muito tempo considerou o mundo natural inferior e um empecilho para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia. Por muito tempo as populações tradicionais e a floresta foram considerados fonte de renda e um obstáculo a ser ultrapassado em nome da modernidade. Mas quando os países de primeiro mundo se viram sem áreas naturais, populações indígenas inteiras dizimadas e o planeta em desequilíbrio ecológico, houve uma pela preservação da natureza, mesmo que isso significasse a exclusão de seus moradores.

O ser humano moderno esqueceu que o ser humano e a natureza podem interagir e coexistir sem que esta última desapareça. Como os autores defendem, se faz necessário que a geração atual comece a desenvolver novos modelos de preservação que promovam a integração do ser humano com a floresta.

Se os povos da floresta receberem o incentivo que precisam por parte do Governo, a Floresta teria novos defensores: homens e mulheres defendendo sua casa e a vida de toda a humanidade da exploração abusiva, tráfico de animais e derrubada de árvores. O ser humano defendendo a natureza por amor e pelo dever para com a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. Editora Hucitec: São Paulo, 2001.

GONÇALVES, C. Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

LEMONS, J.J.S. **Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.32, n. 3, p. 406-429, 2001.

MELLO, Thiago de. **Amazonas, pátria da água**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1987.

Artigos da Internet

CORONEL, Daniel Arruda; PINTO, Nelson Guilherme Machado Pinto. **A degradação ambiental no Brasil**: uma análise das evidências empíricas. *in* Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 188, 2013. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/economia-ambiental.html>. Acesso em 10 de JUN de 2014.

Artigos de Periódicos

CABRAL, Luiz Otávio. **Resenha: O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Revista Geosul, *Florianópolis*, v. 15, n. 29, p. 144 - 154, jan/jun. 2000.

CUNHA, N. R. da S.; LIMA, J. E. de; GOMES, M. F. de M.; BRAGA, M. J. **A Intensidade da Exploração Agropecuária como Indicador da Degradação Ambiental na Região dos Cerrados, Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, *Piracicaba, SP*, v. 46, n. 2, p. 291-323, 2008.

FLORES, Andreza Cristina dos Santos; OLIVEIRA, André Luiz Santos de. **Por que a Amzônia não é o pulmão do mundo?** *In*: X CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO NORTE PIONEIRO. Jacarezinho, 2010. Anais. UENP- Universidade Estadual do Norte do Paraná - Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras Comunicação e Artes. *Jacarezinho*, 2010. ISSN - 18083579. p. 602 - 610.

PAIS, P. S. M.; SILVA, F. de F.; FERREIRA, D. M. **Degradação Ambiental no Estado da Bahia**: uma aplicação da análise multivariada. Revista Geonordeste, *São Cristóvão*, a. XXIII, n.1, p. 1-21, 2012.

Data de submissão: 25 de outubro de 2021.
Data de aprovação: 03 de maio de 2022.